

Apresentação

Migrações, patrimônio e memória

A Revista *Mouseion* chega à sua décima segunda edição promovendo um debate sobre efeitos sociais de fluxos migratórios. Tais efeitos, sejam eles experimentados de um ponto de vista individual ou coletivo, tendem colocar em xeque um conceito de identidade autocentrado e fundamentado em continuidades de subjetivas ou objetivas. Em outras palavras, o dossiê “Imigração em tempos de crise internacional: nova percepção sobre o brasileiro no exterior”, organizado em parceria com o prof. Dr. Luís Fernando Beneduzzi, traz artigos cujo fundo comum refere-se à fluidez e aos conflitos que caracterizam as experiências de migração em diferentes países (Itália, França e Uruguai, notadamente).

Ora, do ponto de vista dos estudos sobre patrimônio cultural e memória social – ao menos daqueles que se propõem críticos e, portanto, não alinhados com políticas de memória e de identidades coletivas –, a fluidez e os conflitos que organizam as experiências de migração são homólogas aos que se dão ao longo da gênese sócio-histórica de monumentos, museus, bibliotecas, ritos, mitos, discursos oficiais e narrativas memoriais coletivas. Em ambos os casos, o que está em jogo não é apenas a proteção, a

promoção e a celebração de experiências ou heranças comuns, as quais viriam a salvaguardar a essência de uma identidade ou tradição, mas um verdadeiro trabalho de construção de si e do outro a partir de deslocamentos espaciais e temporais.

Assim, não é de se estranhar que, através da “relação de estranhamento no contato com a alteridade”, imagens mais ou menos positivas do país de origem sejam construídas em terra estrangeira como “uma capacidade de intermediar e gerenciar conflitos interculturais”, como escreve Luís Beneduzzi em sua contribuição para esta revista. Por outro lado, as semelhanças e diferenças de “patrimônio cultural” (edificações, monumentos, obras de arte, relíquias, livros, celebrações, formas de sociabilidade, etc.) também alimentam as percepções da terra de origem, bem como as imagens de si mesmo e dos outros, tal como indicam algumas das reflexões de Juan Bresciano em seu texto sobre *Narrativas Digitais*. Nesse sentido, se “as culturas são irremediavelmente impuras, híbridas”, como sugere Adélia Ribeiro em outro artigo original, isso se explica tanto pelo “novo humanismo” que instaura novas bases de reflexão em tempos pós-modernos quanto pelas dinâmicas sócio-históricas que organizam experiências “pós-coloniais” e, por extensão, novos efeitos sociais relacionados à “maquinaria patrimonial” (Jeudy, 2001) e aos “deveres e abusos de memória” (Todorov,

1995; Ricoeur, 2007; Gensburger e Lavabre, 2004)

Com efeito, os usos e abusos da memória podem – e costumam – agir no sentido de conformar identidades coletivas e individuais. Seguindo a pista traçada por Jenny Muñoz, na medida em que o esquecimento é um mecanismo que se encontra na origem dos “lugares de memória” delineados por Pierre Nora (1993), é preciso dar conta das relações entre memória e identidade a partir de abordagens criteriosas de fontes e hipóteses explicativas. Nesse sentido, a contribuição de José D’Assunção Barros é valiosa. Ao estabelecer uma taxonomia de fontes a partir dos trabalhos de Júlio Aróstegui (2003), Barros amplia limites e define critérios de apropriação dos vários tipos de documentação que fundamentam a passagem da memória social para a História. Assim, quando Tiago de Oliveira Bruinelli explicita o caráter apaixonado de biógrafos como os de Lindolfo Collor – e eventualmente, o seu diletantismo –, o que se tem é uma expressão de um tipo corriqueiro de abuso de memória, no qual as operações de seleção contribuem não apenas a biografar uma personagem histórica, mas a forjar uma narrativa épica comum para diferentes imigrantes de origem alemã que colonizaram a região de São Leopoldo e suas vizinhanças.

Efeitos sociais análogos de seleção de passados e de definição de referentes

identitários tem lugar, ainda, no campo do patrimônio cultural. Quando Sabrina Fernandes Melo empreende sua crítica a respeito da rejeição do *Art déco* e do ecletismo nas políticas de proteção e promoção do patrimônio arquitetônico de Florianópolis, fica claro como os “cânones de consagração patrimonial” (Abreu, 2007) se transformaram ao longo dos últimos setenta anos – isto é, desde o primeiro “período heroico” da institucionalização do campo patrimonial no Brasil (Fonseca, 1997). Isso indica, de um lado, que há “batalhas pela memória” (Ferreira, 2008) e, de outro, o caráter histórico dos padrões definidores do patrimônio cultural – autenticidade, materialidade, representatividade, etc.

Finalmente, a ênfase no caráter eminentemente conflitual das relações entre memória individual, memória coletiva e história coloca em evidência como cada consenso em torno da preservação dos patrimônios culturais e/ou da promoção de referentes identitários representa apenas a camada mais acabada de conflitos em torno do que é preciso ser lembrado e esquecido. Um museu, um monumento, uma celebração, uma biografia: de fato, refletindo a partir do artigo de Ana Paula Brito, é preciso denunciar a manipulação deliberada do que se deve lembrar ou esquecer em cada um desses casos. Porém, é principalmente nos interstícios das escolhas deliberadas e das

tomadas de decisão políticas que se inscrevem os valores que tornam possível o consenso em torno das representações legítimas do passado. Assim, não é de se estranhar que estudos de migrações, posto que instaurados nesses mesmos interstícios e fronteiras, tornem visíveis conflitos culturais. A identidade não é apenas uma invenção simbólica, escreve Chira Pagnotta em seu artigo sobre os fluxos migratórios de mulheres entre Guayaquil e Gênova, mas uma construção processual. Ou seja: o trabalho de constituição do “eu”, do “nós” e dos “outros” depende de revisões, debates e estranhamentos para se firmar.

Reside aí, talvez, a principal contribuição do conjunto de artigos deste número da Revista *Mouseion*: reforçar o papel de cientistas sociais (historiadores, sociólogos, antropólogos, politólogos, etc.) no sentido de dar a ver os processos sócio-históricos que constituem e subordinam identidades coletivas, seja através da análise crítica de situações de encontro e desencontro entre indivíduos e grupos de origens étnicas e sociais distintas, seja desvelando as operações implícitas e explícitas de seleção e conformação de passados comuns.

Lucas Graeff

Referências

ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica**. Bauru: EDUSC, 2006

GENSBURGER, Sarah; LAVABRE, Marie-Claire Lavabre. “Entre ‘devoir de mémoire’ et ‘abus de mémoire’ : la sociologie de la mémoire comme tierce position.” IN: MULLER, Bertrand (éd). **L’Histoire entre mémoire et épistémologie**. Autour de Paul Ricoeur. Lausanne/FR: Payot, 2004

JEUDY, Henri-Pierre. **La machinerie patrimoniale**. Paris, éd. Sens & Tonka, 2001.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzuchi. “Batalhas no campo da memória e dos museus: disputas sobre o sentido do passado, lutas pelo reconhecimento.” IN: CHAGAS, Mario de Souza; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa. **A democratização da memória: a função social dos museus Ibero-Americanos**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.53-70

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Rio de Janeiro: Edufrj/Minc/IPHAN, 1997

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, 1993, pp. 7-28.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

TODOROV, Tzvetan. **Abus de la mémoire**. Arléa, Paris, 1995.

Capa: arte de Lucas Graeff. Foto da exposição permanente do Museu da Baronesa, em Pelotas/RS (autor: Lucas Graeff).

Pareceristas: Arthur Cesar Isaia, Carla Simone Rodeghero, Eloísa Capovilla Ramos, Liliane Dutra Brignol, Lucas Graeff, Luci Braga, Luciana Éboli, Luiza Iotti, Marluza Marques Harres, Mauro Gaglietti, Miriam Rossini, Nilton Pereira, Nádia Weber Santos, Paulo Moreira, Pilar Uriarte, Rejane Penna, Underléa Mioto Bruscatto e Zilá Bernd